



AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO

Milena da Silva Santos¹

RESUMO:

O presente texto trata sobre as formas contemporâneas de controle do trabalho na produção capitalista e tem como objetivo, analisar as mudanças ocorridas no âmbito da produção capitalista, para o aumento da lucratividade, com a criação de novas estratégias para maior extração de mais-valia. Nessa direção, realiza uma análise sobre as formas contemporâneas de controle do capital sobre o trabalho, através da gerência científica, com o taylorismo e o fordismo; da crise *estrutural* do capitalismo e do processo de reação do capital à crise, através da reestruturação produtiva com o toyotismo.

Palavras-chave: Produção Capitalista. Controle do Trabalho. Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT:

This paper addresses contemporary forms of labor control in capitalist production and aims to analyze the changes in the scope of capitalist production, to increase profitability, by creating new strategies for greater extraction of surplus value. In this direction, an analysis on contemporary forms of control of capital over labor, through scientific management, with Taylorism and Fordism, the structural crisis of capitalism and the process of capital's response to the crisis by restructuring, with the Toyotism.

Keywords: Capitalist Production. Control of Labor. Productive Restructuring.

¹ Mestre. Faculdade Raimundo Marinho (FRM). E-mail: milena_sso@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

De maneira geral, nosso trabalho pretende refletir sobre a temática das formas de controle do trabalho no desenvolvimento do sistema produtivo capitalista. Nessa direção, trataremos das formas contemporâneas de controle do trabalho, destacando: os principais fundamentos da gerência científica de Taylor (taylorismo) e a aplicação deste método gerencial por Henry Ford em suas fábricas (fordismo) – observando como esse método gerencial de produção proporcionou ao capitalismo um crescimento elevado de sua taxa de lucro; a crise econômica iniciada na década de 1970; e as medidas tomadas pelo capital para superar a crise, principalmente o processo de reestruturação produtiva com o método de produção toyotista ou *acumulação flexível*.

2 O CAPITALISMO MONOPOLISTA E A GERÊNCIA CIENTÍFICA: TAYLORISMO E FORDISMO

A partir do século XIX, o capitalismo passou por transformações que modificaram partes do processo de produção e organização do trabalho, consolidando sua fase monopolista². As principais características dessa nova fase do capitalismo são a concentração, a centralização e a internacionalização do capital, através da revolução técnico-científica e modernização industrial.

De acordo com Braverman (1987), entre fins do século XIX e princípios do século XX, verificou-se um aumento no tamanho das empresas, o início da organização monopolista da indústria, e a internacional e sistemática aplicação da ciência à produção. Neste contexto foi iniciado por Taylor, durante as últimas décadas do século XIX, um movimento conhecido como *gerência científica*³, que desenvolveu métodos e organização do trabalho.

² Segundo Netto (2006), o sistema capitalista, a partir de 1860, passou por profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicos. É nesse período que o capitalismo passa da sua fase concorrencial para a monopólica. Com a ordem monopólica houve alterações significantes na dinâmica da sociedade burguesa: ela acirrou as contradições fundamentais do capitalismo, que já estavam expostas no capitalismo concorrencial, e às combinou com novas contradições e antagonismos. Assim, de acordo com Mandel (1996), citado por Netto (2006), a característica específica do capitalismo monopolista são suas ações destinadas a aumentar os lucros através do controle monopolista dos mercados. Nessa direção, houve uma fusão entre o capital industrial e bancário, que deu origem ao capital financeiro.

³ Esta *gerência científica* “[...] significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 83).



Taylor procurou ocupar-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele. Seus estudos contribuíram para o desenvolvimento posterior de outras escolas de gerência científica da produção capitalista. Sendo assim, “O que Taylor fez não foi criar algo inteiramente novo, mas sintetizar e apresentar ideias num todo razoavelmente coerente que germinaram e ganharam força na Inglaterra e nos Estados Unidos durante o século XIX. Ele deu uma filosofia e título a uma série desconexa de iniciativas e experiências” (URWICK e BRECH, apud BRAVERMAN, 1987, p. 85) de organização da produção.

O controle do trabalho foi o aspecto essencial da gerência. Antes os estágios do controle gerencial incluíam: a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação de jornada de trabalho; supervisão dos trabalhadores para a garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações; a fixação de mínimos de produção e etc. Mas, Taylor revolucionou o conceito de controle do trabalho, asseverando a forma pela qual o trabalho deveria ser executado, de forma a controlar a execução de toda a atividade na produção, desde a mais simples a mais complexa, marcando um ritmo de trabalho, com vistas ao aumento da produção e maior extração de mais-valia em menos tempo.

Taylor formula três princípios que fundamentam seu método gerencial. O primeiro deles é chamado de *dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*. Na medida em que cada atividade na produção pode ser desenvolvida pelos trabalhadores, a partir de sua experiência, aprendem a melhor e mais fácil maneira de ser executada. Por meio de um estudo sistemático, a gerência pode descobrir e pôr em execução os métodos mais rápidos e econômicos na produção, impondo aos trabalhadores o modo de produzir, não dependendo apenas das capacidades dos trabalhadores, mas inteiramente das políticas gerenciais.

Como o segundo princípio da gerência científica, Taylor trata do trabalho manual e trabalho intelectual, para ele: “todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto [...]” (TAYLOR, apud BRAVERMAN, 1987, p. 103). Dessa forma, o capitalista quebra a unidade do processo de trabalho, ao separar a concepção e execução. Observamos ao que Marx (1988) chama de subsunção real do trabalho quando “não apenas os trabalhadores perdem controle sobre os instrumentos de produção como também devem perder o controle até de seu trabalho e do modo como o executa” (BRAVERMAN, 1987, p. 106). Assim, Taylor afirma que para assegurar o controle e baratear a força de trabalho, a concepção e execução devem tornar-



se esferas separadas do trabalho, e à gerência deve caber o estudo dos processos do trabalho.

O terceiro, e último princípio, são o planejamento e o cálculo de todos os elementos do processo de trabalho por uma equipe de gerência. Através da coleta e desenvolvimento dos processos de trabalho, o terceiro princípio faz com que a gerência utilize esse conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

Foram esses princípios que regeram a gerência moderna de produção no capitalismo contemporâneo já a partir do século XX. A generalizada aplicação da gerência científica coincide com a revolução técnico-científica, e também com as transformações fundamentais na estrutura e funcionamento do capitalismo e na composição da classe trabalhadora. Sua principal mudança – a separação de trabalho intelectual e trabalho manual – causou os maiores efeitos sobre a classe trabalhadora.

O efeito degradante da gerência para o trabalhador é ampliado com o advento do fordismo. Quando Henry Ford, a partir de 1913, passa a aplicar os métodos do taylorismo em suas fábricas de automóveis (Ford) para atender a uma potencial produção em massa. Essa nova organização na produção e no trabalho se destinava a fabricar o veículo denominado de Modelo T.

De acordo com as análises de Gounet (1999), o setor automobilístico revelava-se uma grande importância estratégica para o desenvolvimento capitalista. Antes do emprego do método taylorista por Ford em suas fábricas um automóvel era fabricado integralmente, quase que artesanalmente, por operários especializados, grandes mecânicos, e esse processo durava muito tempo.

De acordo com Gounet (1999), o fordismo se apoiou em cinco transformações principais no processo produtivo do Modelo T: 1) produção em massa, com racionalização extrema das operações efetuadas pelos operários, combatendo desperdícios, principalmente de tempo e, conseqüentemente, reduzindo os custos da produção; 2) o parcelamento de tarefas, a divisão do trabalho, em que o operário se limitava a operação de um número limitado de gestos simples, repetindo diversas vezes durante sua jornada de trabalho, desqualificando, assim, o trabalhador; 3) a criação de uma linha de montagem que liga as diferentes atividades, além de fixar um ritmo de trabalho controlado pela empresa; 4) realização do controle direto do processo de produção (verticalização da produção), com a padronização das peças utilizadas e fabricação destas; e 5) automatização das fábricas.



Com essas mudanças no processo produtivo de automóveis, Ford conseguiu reduzir por volta de oito vezes o tempo gasto na produção do Modelo T. Porém, primeiramente as mudanças não foram bem aceitas pelos trabalhadores. Ford demorou certo tempo para conseguir a quantidade de operários necessária para a produção. Como afirma Braverman (1987): na “[...] reação inicial contra a linha de montagem percebemos a repulsa natural do trabalhador contra a nova espécie de trabalho”. Apenas quando Ford ofereceu o pagamento de uma jornada de trabalho pelo dobro do que era pago na época é que conseguiu atrair os operários necessários à produção.

O método fordista de produção se alastrou tanto na produção automobilística, como nas outras áreas de produção capitalista. Ele se tornou referência, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1945), em que também permitiu – juntamente a outras estratégias de políticas econômicas e sociais – a recuperação da crise econômica mundial iniciada em 1929-33. As formas de controle do trabalho taylorista/fordista juntamente com a política keynesiana⁴, durante a chamada *três décadas gloriosas* (1940-1970), permitiu tanto a recuperação da crise econômica, quanto o aumento da produtividade do capital em patamares nunca alcançados anteriormente.

3 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO: TOYOTISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Após um longo período de acumulação de capitais, ocorrido durante o apogeu do fordismo e do keynesianismo, a partir da década de 1970, esse processo começou a dar sinais de esgotamento. Seus traços mais evidentes são apontados por Antunes (2009), tais como: a queda da taxa de lucro, dado pelo aumento do preço da força de trabalho e pela intensificação das lutas sociais dos anos 1960, que objetivavam o controle da produção. Isto tudo levou a redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; o segundo traço foi o esgotamento do padrão de acumulação

⁴ Para responder à crise capitalista de 1930, o economista John Maynard Keynes (1883-1946) defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção, buscando uma maior intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, a política keynesiana, viabilizada a partir da intervenção do Estado, objetivava elevar a demanda global e, antes de evitar a crise, iria amortecê-la através de alguns mecanismos, tais como: planificação indicativa da economia; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).



taylorista/fordista de produção; terceiro, a hipertrofia da esfera financeira, que passou a ganhar relativa autonomia frente aos capitais produtivos, colocando o capital financeiro como um campo para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; quarto, a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; quinto, a crise do *Welfare State* ou *Estado de bem-estar social* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e por último, o incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

De acordo com Behring (2007), Mandel admite o aspecto de que a combinação sem freios do conjunto de variáveis que envolvem a obtenção de superlucros está relacionada à existência das chamadas *ondas longas de aceleração e desaceleração*, as quais são sucessivas em toda história do capitalismo.

Porém, para Mészáros (2009) a denominada crise do fordismo e do keynesianismo é uma expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, exprimindo um significado mais profundo, uma *crise estrutural*⁵. Que após vivenciar a era dos ciclos, o capitalismo adentra em uma nova fase, inédita, de *crise estrutural*, marcada por um continuum depressivo. Diferente das crises anteriores esta se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural.

Mészáros (2009) faz uma crítica às engrenagens que caracterizam o *sistema sociometabólico* do capitalismo, constatando que

[...] o sistema do capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundidade *destrutiva*. [...] quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização de capital, sem que se leve em conta os imperativos humanos-sociais vitais –, produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente (ANTUNES, na introdução a MÉSZÁROS, 2009, p. 11, grifos do autor).

Para Mészáros (2009), a crise econômica capitalista chega a uma nova fase sem alternância entre expansão e recessão, mas presenciando a *eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas*. Portanto, tratando-se de uma crise na própria realização do valor. A tese central de sua análise desenvolvida é de que o sistema de capital não pode

⁵ Esta crise econômica é denominada por Mészáros (2009) de *crise estrutural*, devido à sua abrangência, duração e profundidade, diferenciando da crise cíclica de 1929.



mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias como mecanismo que lhe é intrínseco.

Outro componente vital da *crise estrutural* é dado pela corrosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, está sendo substituído por outras diversas formas de contrato de trabalho que oscilam entre a superexploração e a auto-exploração do trabalho, se direcionando a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global.

Desse modo, a reação burguesa à crise do capital, iniciada durante a década de 1970, com vistas à recuperação do seu ciclo produtivo, foi marcada pela refuncionalização do Estado capitalista; por uma revolução tecnológica e organizacional de produção, chamada de reestruturação produtiva; pela mundialização do capital⁶, combinada ao processo de financeirização; e pelo ajuste neoliberal, dando uma nova tônica às políticas econômicas e industriais dos Estados nacionais e desenvolvendo um novo padrão da relação Estado/sociedade civil.

De acordo com Antunes (2009), o capital deflagrou várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, tendo destaque o toyotismo ou modelo japonês.

Segundo Gounet (1999), os novos métodos de produção do toyotismo consistem basicamente em: uma produção fixada pela demanda e, o crescimento, pelo fluxo; combate ao desperdício de tempo no que concerne ao transporte, produção, estocagem e controle de qualidade; flexibilização da organização do trabalho com um trabalhador polivalente e uma equipe de operários ao invés do trabalho individualizado; é instalado o padrão *kanban*⁷ que serve como uma senha de comando, cujo método na produção é rápido, fácil e essencial; objetiva produzir modelos diferenciados de automóvel, mas cada um em série reduzido; e, por fim a horizontalização da produção.

Sendo assim, tal modelo de produção exige ainda mais do trabalhador operário que o padrão anterior de produção taylorismo/fordismo. Esse aspecto de intensa exploração se deu, principalmente, através do processo de subcontratação. Para Antunes (2009) o padrão

⁶ A categoria *mundialização do capital* foi originariamente cunhada pelo economista francês François Chesnais, com vistas a se contrapor ao termo *globalização*, que difundia a ideia de adaptação e de processo irreversível.

⁷ O autor procura explicar tal sistema como “[...] espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada. Assim quando uma equipe precisa de um painel para o carro que está montado, pega um painel na reserva. Nesse momento, retira o *kanban* da peça empregada. Este volta ao departamento que fabrica painéis. Essa unidade sabe então que precisa reconstruir o estoque esgotado” (GOUNET, 1999, p. 27).



da acumulação flexível (toyotismo) articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação.

Antunes (2009) também pontua que as repercussões dessas mudanças no processo produtivo que têm resultados imediatos no mundo do trabalho, tais como: desregulamentação dos direitos trabalhistas; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força de trabalho; e a destruição do sindicalismo.

Observa-se que o toyotismo se caracterizou pela racionalização do processo produtivo, dotada de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo. As atividades realizadas anteriormente pela gerência científica passaram a ser interiorizadas na própria ação dos trabalhadores, através do trabalho em equipe, da transferência de responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção. Dessa forma, a intensificação da exploração do trabalho se amplia pelo fato dos operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, como também pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva. Dessa forma, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia, o que impacta fortemente sobre o cotidiano da classe trabalhadora e suas condições de vida e de trabalho sob a égide deste modo de produção.

3 CONCLUSÃO

Dessa forma, analisamos o desenvolvimento das estratégias contemporâneas do capital, para viabilizar o controle do sistema produtivo e da força de trabalho, na busca incessante de maior extração de mais-valia e aumento do lucro.

A gerência científica baseada no taylorismo permitiu ao modo de produção capitalista o estudo e execução de formas mais eficazes de controle da produção e da força de trabalho. O modelo fordista, inspirado no taylorismo, – e combinado às políticas econômicas e sociais, através da regulamentação do Estado – levou o sistema capitalista a um patamar de crescimento de sua taxa de lucro inédito. Esse período, conhecido por *três décadas gloriosas* (1940-1970), começou a demonstrar sinais de esgotamento a partir de 1970, desencadeando uma grande crise econômica, a qual se estende até os dias atuais.



Concordamos com Mészáros (2009), quando afirma que essa crise se mostra *estrutural*, devido à sua abrangência, duração e profundidade, que à diferencia de uma mera crise cíclica. Assim, aparece como uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade, que evidência a proximidade dos *limites estruturais* do capital.

Na tentativa de superar sua crise econômica, o capital opera transformações profundas no processo de produção de mercadorias, e também nas relações entre capital e trabalho e mercado/Estado/sociedade. Observa-se, contudo, que as transformações operacionadas pelo capital para recuperação do seu patamar de econômico crescimento não resolvem os problemas para a retomada de sua taxa de lucro, apenas contribuindo somente para seu agravamento. Concordamos com Mészáros (2009), que a consequência da crise aparece através do crescimento do desemprego e da miséria humana; e que não é apenas a crise que está em causa atualmente, mas também o potencial de autodestruição da humanidade no atual desenvolvimento do capitalismo, seja militarmente ou por meio da destruição ambiental.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 10. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine R. **Política social no capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Trad. Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.